

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

PANDORA PIMENTA HARDT ARAUJO

HOMO HOMINI LUPUS: Análise da contribuição da  
psicologia aos estudos de gênero e masculinidade

SÃO PAULO  
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

PANDORA PIMENTA HARDT ARAUJO

HOMO HOMINI LUPUS: Análise da contribuição da  
psicologia aos estudos de gênero e masculinidade

Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para a graduação no  
curso de Psicologia, sob orientação do  
Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Júnior

SÃO PAULO  
2015

## **Agradecimentos**

À minha mãe Beatriz, minha irmã Maíra e meu namorado Rodrigo, que tiveram paciência com a dedicação prioritária a essa pesquisa. Ao meu pai Ciro, por fornecer a oportunidade e o incentivo para que eu me graduasse em uma boa faculdade.

Ao meu orientador Plínio, por abrir caminhos, garantir o aspecto formal do trabalho e acolher minhas angústias.

Às minhas amigas Camila, Thamy, Ana, Priscila e Iza que leram, palpitararam, me acalmaram e me acompanharam nesse processo que marca o fim da graduação.

À Gabriela, que quis saber.

Aos seres humanos masculinos.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo levantar as produções dos últimos cinco anos da psicologia brasileira relacionadas aos estudos de gênero e masculinidades. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica dos artigos publicados em periódicos com classificação A1 e A2 no Portal CAPES. Identificou-se 27 artigos que foram lidos, resenhados e analisados a partir do método de análise de conteúdo. A análise se organizou por unidades temáticas relacionadas à educação, infância e juventude, paternidade, saúde, sexualidade, trabalho, velhice e violência. Concluímos que as discussões sob a perspectiva de gênero ainda são pouco exploradas no campo da pesquisa em psicologia. Além disso, trata-se de uma discussão incipiente nos cursos de graduação, tanto no ensino quanto na pesquisa. Isto traz consequências para o fazer do profissional psicólogo, que se encontra inserido em um contexto social e histórico dinâmico e acaba não se beneficiando de um importante referencial crítico para orientar sua prática.

palavras-chave: masculinidade(s); gênero; psicologia

## **Índice**

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Método.....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1: Estudos de Gênero e Masculinidades .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2: Produções da Psicologia nos Últimos Cinco Anos .....</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo 3: Analisando as produções.....</b>	<b>45</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>50</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

*“Lupus est homo homini, non homo,  
quom qualis sit non novit.”<sup>1</sup>*

*Plauto*

Escolhemos essa frase de *Asinaria*, de Plauto, para iniciar a discussão e justificar o título do trabalho aqui proposto. Referimo-nos à necessidade de conhecer para deixar de temer e, então, se relacionar. Em um trabalho com essa temática consideramos importante também ressaltar que quando dizemos homem, nessa livre tradução da frase original, nos referimos ao ser humano.

Desde o surgimento e efetivação do Movimento Feminista, os modos como as relações de gênero aconteciam até então na civilização ocidental não pararam de se modificar, e as mulheres conquistaram muitos de seus direitos, lutando até hoje pela equidade de gêneros (MACIEL JR, 2006).

Segundo Oliveira (1998), as limitações que os padrões de masculinidade impõem aos homens são ferramentas necessárias para a manutenção do poder e da opressão do homem sobre a mulher e sobre outros homens (por meio das quais ele conquista um espaço social privilegiado) – sendo, portanto, o preço de se estar no topo.

Ao mesmo tempo há dados que mostram que o homicídio masculino responde por 40% das mortes de homens no país (IBGE, 2009), que 79% dos casos totais de suicídio são cometidos por homens (BOTEGA, 2010), o mesmo

---

<sup>1</sup> “Um homem é para o outro um lobo, e não um homem, quando é um desconhecido.”  
(Tradução nossa)

ocorrendo em relação às mortes nos acidentes de trânsito, 82% delas são de homens (CNM, 2009) e quanto à porcentagem de 93% da população carcerária (Ministério da Justiça, 2008).

Questiona-se, portanto, qual o preço do privilégio masculino para os homens e por que a reflexão sobre as relações de gênero ainda é pouco contemplada nas pesquisas no campo da Psicologia.

Se a discussão de gênero aponta que as feminilidades e as masculinidades estão em permanente construção e que esta ocorre no campo relacional, isto é, entre os homens, entre as mulheres, e entre homens e mulheres, cabe a pergunta: como se dá esse processo? O que muda nas masculinidades e feminilidades ao longo do tempo e em relação às diferentes classes sociais e raças? Que desafios isso traz para a Psicologia como ciência e profissão?

O objetivo deste trabalho foi explorar os estudos sobre gênero e masculinidade no campo da psicologia, identificando os principais recortes teóricos e categorias de análise utilizados nas pesquisas da área na atualidade.

Discutimos o conceito de gênero enquanto construção social em que a diferença dos sexos carrega consigo a expectativa e exigência de determinado padrão de comportamento por parte de homens e mulheres, de forma a estabelecer relações hierárquicas arbitrárias em nossa sociedade (SCOTT,1986).

A psicologia inicialmente pouco contribuiu para essa discussão, uma vez que parte significativa de seu corpo teórico compartilha de uma premissa evolucionista de características naturais masculinas e femininas, baseadas nos princípios positivistas e na sua tentativa de ser reconhecida enquanto ciência (BOTTOM, 2007 e MACIEL JR, 2006).

A Psicanálise traz um diferencial importante ao caracterizar a masculinidade e feminilidade como relacionais e socialmente construídas, mas ainda de forma limitante nas características de gênero e reducionista, por limitar essa construção ao ambiente familiar (SCOTT, 1986).

O conceito de masculinidade passa a ser discutido enquanto construção em um tempo histórico muito recente, praticamente a partir dos anos 70. De lá para cá, a busca por um conceito unificador e atemporal movimentou as discussões, seja a favor ou contra essa unidade conceitual (KIMMEL, 1994). O exemplo mais claro disso é o conceito de masculinidade hegemônica de Connell (1997), que caracteriza um padrão ideal a ser seguido pelos homens, que submete as mulheres e outros homens que não compartilham das características deste ideal.

Apesar de Connell (1997) ter deixado claro desde o início que seu conceito de masculinidade hegemônica expressa um ideal que representa todos os privilégios de que uma pessoa pode desfrutar numa sociedade generificada e que não existe um padrão fixo de masculinidade em todos os momentos e lugares, este conceito foi amplamente criticado como reducionista

por muitos anos, até a autora<sup>2</sup> explicitar a importância do mesmo como orientador para as pesquisas realizadas desde sua criação e, a partir delas, acrescentar mais aspectos ao conceito, provando sua riqueza como ferramenta de análise (CONNELL e MESSERSCHIMIDT, 2013).

A partir destas considerações iniciais, passamos a observar os diversos recortes temáticos dos estudos da masculinidade no Brasil.

Quanto à temática da educação, encontramos considerações tanto no âmbito de formação profissional para as discussões de gênero (BORGES et al., 2013) quanto no envolvimento do profissional docente enquanto formador dos estereótipos de gênero (ROSA, 2012).

No tema infância e juventude, as discussões dizem respeito à construção de gênero no ambiente escolar (FREIRE, SABARENSE e BRANCO, 2009; MENEZES et al., 2010; ALMEIDA, 2010) e suas consequências no autocuidado dos adolescentes (SAMPAIO et al., 2010). O autocuidado reaparece como preocupação nos estudos sobre envelhecimento masculino (GONZALES e SEIDL, 2011; BORGES e SEIDL, 2012).

Encontramos também discussões sobre paternidade, tanto como conceito construído socialmente e junto à criação dos filhos (AMAZONAS, VERÍSSIMO e LOURENÇO, 2013; JAGER e BOTTOLI, 2011) quanto à importância da expectativa parental na formação de gênero (DINIZ e SALOMÃO, 2010). Essas expectativas sociais reaparecem como fundamentais na escolha profissional (SANTOS E SILVA, MENDONÇA e ZANINI, 2010) e na

---

<sup>2</sup> Atualmente, Raewyn W. Connell é uma mulher transexual. À época de seus primeiros artigos e livros sobre masculinidade e gênero, ela ainda os assinava com o nome de Robert W. Connell.

compreensão do assédio nos ambientes corporativos (MEURER e STREY, 2012).

Outro tema identificado na literatura diz respeito às formas de cuidado ou negligência do homem com sua saúde (SILVA e MACEDO, 2012; COSTA-JÚNIOR e MAIA, 2009; MARTINS et al., 2012; ALVES et al., 2011; MARTINS et al.; 2014).

Sobre sexualidade e masculinidade, há discussão sobre conformidade de sexo e gênero (MÉLLO, 2012) e construção da sexualidade a partir dos estereótipos de gênero (BORDINI e SPERB, 2013; MENEZES, BRITO e HENRIQUES, 2010).

As discussões sobre violência se dão tanto no âmbito da formação da masculinidade (SILVA e SOUZA, 2013) quanto das medidas de intervenção com autores de violência conjugal (PRATES e ANDRADE, 2013; MEDRADO, LEMOS e BRASILINO, 2011).

A partir disso, analisamos as produções quanto aos principais enfoques, preocupações e contribuições da psicologia para o estudo de gênero hoje e, especialmente, para o estudo das masculinidades.

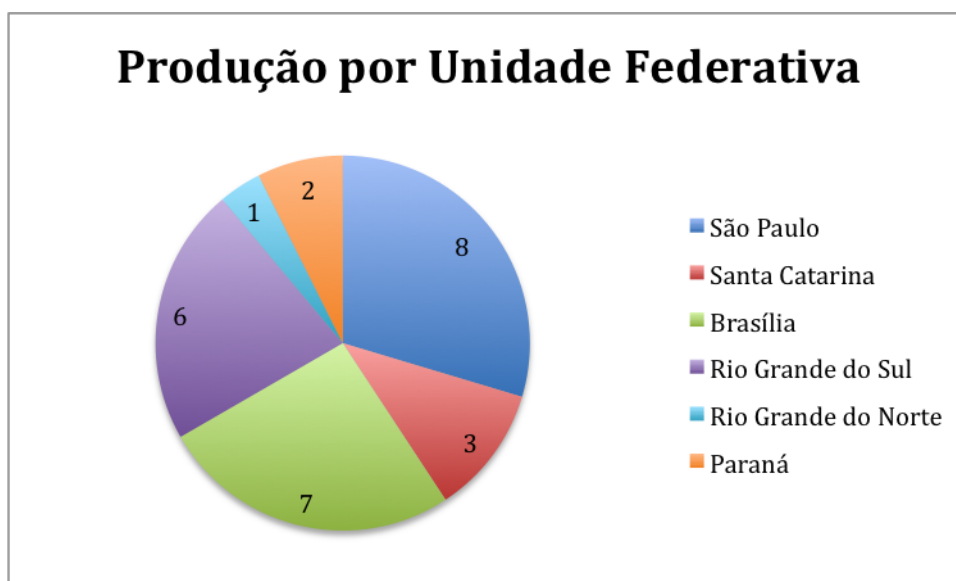
## MÉTODO

Esta pesquisa foi realizada mediante uma busca de artigos indexados eletronicamente em diversas bases de dados, procurando identificar e selecionar publicações que tratassem do tema masculinidade.

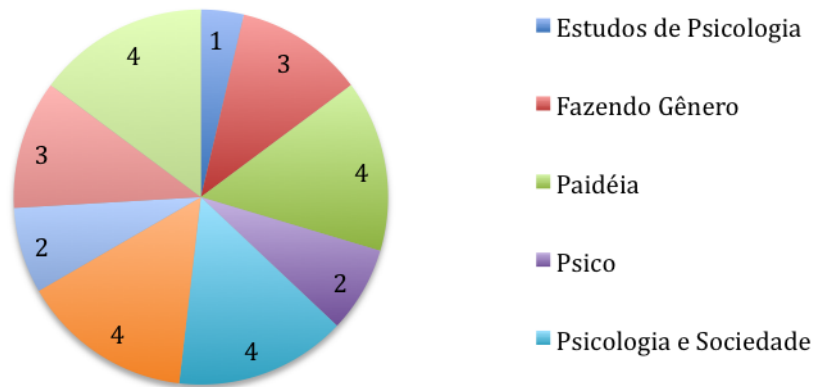
A análise dos artigos selecionados baseou-se nas abordagens de pesquisa quantitativa e qualitativa, aqui entendidas como complementares, dado que a finalidade do trabalho foi a aproximação, o conhecimento e o estudo do tema das masculinidades.

O período estipulado para o levantamento bibliográfico foi de 2009 a 2013. Por conta de sua relevância, um artigo de 2014 também foi considerado na discussão.

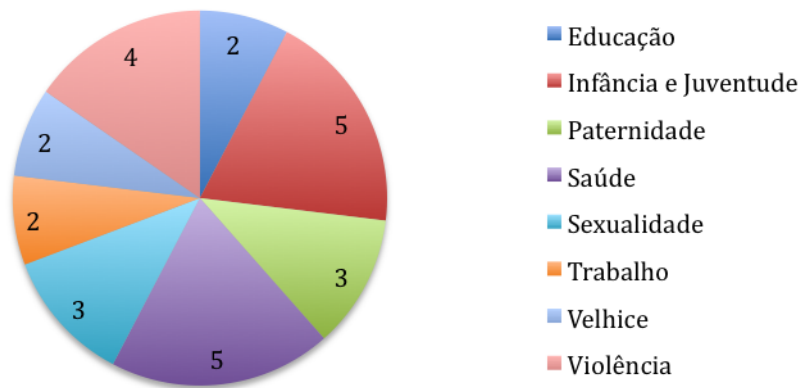
A pesquisa quantitativa foi realizada para verificação da frequência de publicações a partir das seguintes variáveis: periódico, método de pesquisa, ano das publicações e os principais temas relacionados ao tema principal.



## Produção por Periódicos



## Principais Temáticas





A pesquisa qualitativa foi realizada com base no método de análise de conteúdo (Campos, 2004), por intermédio do qual puderam ser analisados as principais contribuições identificadas nos artigos publicados nos últimos cinco anos nos principais periódicos de psicologia brasileiros.

A estrutura de análise é baseada no método de análise de conteúdo apresentado por Alves (2005), que envolve identificar temáticas recorrentes, omissões e contradições nas publicações sobre o tema masculinidade que existiam até então, apresentando a ideia principal dos textos, agrupando-os por temática e discorrendo sobre os resultados encontrados.

O procedimento utilizado no levantamento de artigos foi pesquisa no site WebQualis, do Portal CAPES, realizando o levantamento de periódicos com classificação A1 ou A2. Foram identificados 13 periódicos específicos de psicologia nessa categoria, dos quais oito possuíam artigos da temática de nosso interesse.

Além destes periódicos, foram utilizados os anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando-se a importância das discussões feitas nestes seminários que vêm sendo realizados desde 1994 com estudos das mais diversas áreas do conhecimento.

Os descritores utilizados na pesquisa foram “masculinidade”, “homens” e “gênero”. Foram localizados 27 artigos (textos completos) no período de 2009 a 2013 que, por sua vez, foram lidos, resenhados e analisados.

## **CAPÍTULO 1: ESTUDOS DE GÊNERO E MASCULINIDADES**

Nossa investigação sobre o envolvimento da psicologia com as discussões sobre masculinidade começa a partir de uma perspectiva específica, a perspectiva de gênero. Portanto, faz-se necessário inicialmente apresentar o conceito por intermédio de uma breve contextualização histórica.

Da luta pelo sufrágio feminino no início do século XX, passando pela ocupação dos postos de trabalho deixados pelos homens nas grandes guerras e pela marca histórica da publicação de “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir nos anos 50, as mulheres se organizaram na luta por igualdade sexual, política, trabalhista e de direitos civis (MACIEL JR, 2006).

Nomeou-se essa organização como feminismo, um movimento caracterizado por muitas perspectivas, discussões e divergências e que, em sua efervescência intelectual, forneceu condições para a formulação do conceito de gênero, que surge pela primeira vez nos anos 70, sendo utilizado por Ann Oakley para diferenciar o caráter biológico do sexo e o caráter cultural do gênero (MACIEL JR, op. cit.).

Em 1986, Joan Scott discorre sobre o conceito de gênero como uma forma de se referir à organização da relação entre os sexos, atentando para a característica relacional deste conceito, onde não seria possível compreender um sem considerar o outro.

Gênero seria então a forma de constituir relações sociais a partir da percepção da diferença entre os sexos, um código de conduta constituído por formas ideais de se agir de acordo com a estrutura do corpo, assim como uma

das formas de definir as relações de poder em nossa sociedade. Scott (1986) chama atenção para a divergência de compreensões do conceito entre as feministas, identificando três eixos de explicação para o fenômeno.

Um deles são as teorias do patriarcado, centradas na necessidade do homem de dominar a mulher como forma de superar a alienação dos meios de reprodução da espécie, por meio da objetificação sexual da mulher. A autora questiona este conceito por sua base ainda muito relacionada à diferença física entre homens e mulheres – que a partir do conceito de gênero é descartada como explicação possível para as relações desiguais.

Outra possibilidade são as teorias marxistas, que falam da relação entre o patriarcado e o capitalismo. Dentro desse segmento há conflito entre a visão de causalidade socioeconômica e da estruturação psíquica da identidade de gênero. Como observado por Scott, a discussão de gênero acaba sendo apagada por ser vista apenas como um subproduto das estruturas econômicas.

Por fim, as teorias psicanalíticas de relações objetais e as teorias pós-estruturalistas da linguagem. Na primeira, a definição de gênero se dá através do contato familiar na primeira infância, figuras de identificação parental e a aprendizagem dos padrões por meio da experiência concreta. Na segunda, o gênero surge como um sistema de significação e simbolização das relações, onde a palavra traduz o ambiente e sinaliza para a criança seu papel no mundo. A autora critica a visão limitante da teoria das relações objetais, onde o indivíduo tem sua construção restrita à vivência familiar, e a universalização das características de gênero do pós-estruturalismo, que caracteriza o feminino como o cuidado e afeto e o masculino como autoridade e lei, enrijecendo e

naturalizando novamente os padrões de gênero – mesmo que os admita como construções narrativas.

Segundo Bottom (2007), a psicanálise teve um envolvimento importante com as questões de gênero. Freud foi o primeiro a questionar a naturalização dos papéis sexuais ao desenvolver o conceito de Complexo de Édipo (no qual a formação das características femininas e masculinas estava relacionada às vivências infantis no seio familiar). Mais tarde, Lacan contribuiria com a tese do falo como representação de poder e a legitimação do masculino sobre as demais sexualidades.

Assim como Scott (1986), Connel (1997) questiona a visão reducionista e essencialista desta abordagem.

Em um primeiro momento, a Psicologia adentra pouco na temática de gênero, partindo da premissa evolucionista de que haveria características naturais masculinas e femininas (BOTTOM, 2007). Isso se dá principalmente pela tentativa de se agarrar aos princípios positivistas e biologizantes de macho e fêmea, ainda em uma tentativa de ser reconhecida como ciência (MACIEL JR, 2006).

A Sociologia também encontrou dificuldades nas teorizações a respeito do gênero. Superada a explicação essencialista e biológica, surge a abordagem funcionalista, com destaque para a Teoria dos Papéis, elaborada por Talcott Parsons nos anos 50, segundo o qual os papéis sexuais seriam complementares em sua diferença para o melhor funcionamento da sociedade, sendo transmitidos na socialização das crianças e reproduzindo os ideais de

comportamento. Segundo ele, as desigualdades de gênero seriam explicadas pela diferença da socialização de meninos e meninas, sendo que a resolução para tais problemas se daria através de uma educação mais igualitária para ambos os sexos (MACIEL JR, 2006).

Muitos questionamentos foram feitos a respeito dessa teoria, principalmente quanto à sua recusa de reconhecer a perspectiva de poder envolvida no conceito de gênero e a resistência masculina às mudanças nos papéis, além de uma dicotomia inflexível nas relações entre homens e mulheres (CARRIGAN, CONNELL & LEE, 1987 apud MACIEL JR, 2006).

Diante de tantos conflitos internos na teorização do conceito de gênero e em meio à luta para afirmar seus direitos e desvelar as injustiças e violências cotidianas nas vidas das mulheres, os movimentos feministas em um primeiro momento recusaram a participação masculina nas discussões de gênero. Ao mesmo tempo, tendo em vista que o único consenso era de que as relações de gênero são construções sociais, surge uma dúvida: ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres como vítimas, não estariam reproduzindo a dicotomia que tanto criticavam? (GIFFIN, 2005)

Surge então a necessidade de reconhecer a masculinidade como um padrão de comportamento construído ao longo do tempo, e não por qualidades inatas (KIMMEL, 1994). Nasceram nos anos 70 os movimentos pró-feministas, anti-sexistas e masculinistas (termo que na época remetia a uma visão crítica da masculinidade e não a um revanchismo caracterizado por essa palavra nos dias atuais), que se propõem a questionar a opressão feminina e a alienação

masculina, e que reconhecem o termo feminismo como pertencente à luta das mulheres, assumindo assim outras nomeações (WELZER-LANG, 2001).

Sob esta perspectiva construtivista, a masculinidade deve ser compreendida como um conjunto de significados em constante transformação, não como estática, não como atemporal, e sim como um produto da cultura. Segundo Kimmell (1994), a busca por um conceito de masculinidade transcendental e atemporal é, em si, um fenômeno sociológico: em momentos de crise, quando as definições antigas não servem mais e as novas ainda estão buscando afirmação, tendemos a buscar o eterno e o atemporal. Provavelmente, daí resulta os tipos de generalização mencionados anteriormente em relação às mulheres e aos homens. A discussão sobre a construção da masculinidade discorre sobre a relação de dominação do feminino, que concede aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos (WELZER-LANG, 2001). Por consequência, nos projetos masculinos de gênero ocorre a negação de tudo que remete ao mundo das mulheres, por medo de se assemelhar a elas e também de ser submetido. O homem se constrói então em um mundo em que a virilidade (definida como não-feminina) é a sua única garantia de manter o poder, não só sobre os outros mas também sobre si. Em nossa sociedade ocidental isso se desdobra em consequências para os homens: sentimento de desobrigação do cuidado dos filhos e dificuldade quanto à vivência dos sentimentos (também associados como próprios do feminino) e organização de uma identidade frágil, baseada apenas na negação de outra identidade (WELZER-LANG, 2001).

A constituição de tal negação se dá em um processo homossocial em que o menino passa a se agrupar com meninos da mesma idade, passando por rituais que marcam o abandono do feminino e do infantil, e que proveem sua força e capacidade, incorporando os códigos da masculinidade. Esse processo ocorre em um contexto que Welzer-Lang (2001) chama de “Casa dos Homens”, onde os mais velhos indicam aos mais novos como devem agir e o que devem fazer para serem reconhecidos como “homens de verdade”, aprendizagem esta que se dá por observação e mimetismo. Welzer-Lang fala também da figura do “Grande Homem”, aquele que possui poder sobre as mulheres e sobre outros homens.

No processo de constituição da masculinidade, para além da negação do feminino há o temor da homossexualidade. A questão psicanalítica da atividade/passividade reaparece nos estudos de Peter Fry citados por Bottom (2007), legitimando a penetração e atribuindo ao penetrado o status de passivo e, “portanto”, feminino. A heteronormatividade e a homofobia reafirmam o sexismo, mas por alguns motivos os estudos de gênero e os estudos gays seguiram caminhos diferentes (WELZER-LANG, 2001; BOTTOM, 2007).

Nesta mesma linha Bourdieu (2012) retrata, em 1998, a questão da Dominação Masculina, onde gênero se apresenta como uma categoria relacional, especificamente de relações de poder. Para ele, o conceito de gênero é historicamente construído para estabelecer uma relação naturalizada (a partir de características físicas, de corpos socialmente diferenciados) em que homem e mulher se tornam antônimos, tal como baixo-alto, bom-mau, frio-quente.

Estudando os ritos de passagem que separam e diferenciam o menino da mãe e do mundo feminino, o autor percebe e ressalta o papel da negação da feminilidade por sua correlação com os aspectos mais desagradáveis e indesejáveis e sua relação direta com a construção do masculino.

Bourdieu procura deixar claro que compreende sua posição delicada de, enquanto homem, estudar tal temática. Admite as possíveis resistências que pode encontrar em determinados aspectos de sua explanação, como a veemente importância que dá ao reconhecimento da participação do oprimido na reprodução da opressão (BOURDIEU, 2012).

A reprodução das relações de poder segundo o autor se dá em todas as frentes: por parte do opressor (diretamente interessado), do oprimido (cuja mentalidade também foi submetida e o identifica com o papel que lhe é dado) e das grandes instituições (como a Igreja, a Escola e o Estado).

Um conceito importantíssimo para os estudos da masculinidade foi o proposto por Connell em 1995 de “organização social da masculinidade” (Connell, 1997), decorrente de um estudo sobre desigualdade social em escolas australianas. Com uma proposta de estudo não generalizadora, a autora categoriza a masculinidade em hegemônica (que constituiria o ideal, o modelo de masculinidade para os outros), cúmplice (não identificada com os valores da masculinidade hegemônica, mas usufruindo de suas vantagens), subordinada (aquilo que foi rejeitado pela hegemonia e que se vê sujeito a outros homens, como homossexuais, desempregados, doentes) e marginalizada (segue o projeto hegemônico, mas por algum motivo diverge deste e é deixada de lado nos dividendos das relações de poder).

A autora propõe a existência não de uma masculinidade, mas de masculinidades, isto é, diversas formas de ser homem; mas chama atenção para o fato de que, assim como as mulheres, os homens estão presos aos padrões de gênero, sejam eles quais forem (CONNELL, 1997).

Muitas críticas foram feitas e o conceito original de masculinidade hegemônica passou por uma revisão, sendo que em 2005 um novo artigo sobre as masculinidades hegemônicas é publicado (CONNELL e MESSERSCHIMIDT, 2013). Nele, Connell e Messerschmidt propõem o conceito de hegemonia como algo mutável e normativo, e não como algo comum de se encontrar totalmente encarnado nas práticas de uma pessoa. Para os autores, com esta formulação, o conceito ganha utilidade nos mais diversos estudos com base no levantamento de dados sobre seu uso em pesquisas (corporativas, de mídias, de esporte, educacionais, de práticas profissionais).

Além disso, os autores discorrem sobre as masculinidades como posicionamentos a partir de práticas discursivas, em um sistema de dominação que exige manutenção por meio do policiamento dos homens, do descrédito das mulheres e da demonstração de violências.

Também questionam a proposta de uma divisão da masculinidade hegemônica entre interna (entre homens) e externa (com as mulheres) que foi sugerida por Demetriou (2001), bem como problematizam a proposição deste mesmo autor sobre a influência da visibilidade das práticas gays sobre a masculinidade hegemônica. Finalmente, propõem uma nova classificação entre hegemonia local (na comunidade imediata), regional (cultura do país) e global

(construções transnacionais em decorrência da globalização) (CONNELL e MESSERSCHIMIDT, 2013).

Connell e Messerschmidt também destacam dois fatores que consideramos importantíssimos para o olhar sobre os estudos da masculinidade: há sim mudanças e reivindicações provocando movimento nos padrões de hegemonia, mas ao mesmo tempo não há como saber se essas mudanças levarão a relações mais igualitárias (já que as relações de gênero possuem muitas tensões) e, mesmo que no nível individual as coisas possam estar mudando, as instituições continuam seguindo os mesmos modelos. A masculinidade hegemônica é um processo historicamente aberto e como tal está caminhando para lugares que ainda não podemos vislumbrar.

Dentro da questão “para onde a masculinidade está caminhando?” aparece o conflito entre os que acreditam na crise da masculinidade (homem como sensível às questões humanas e igualmente vitimado pela construção da masculinidade) e os adeptos da dominação masculina (homem como agressor, viril e violento) (BOTTOM, 2007). Uma questão interessante é que o próprio Bourdieu (1998) considera a dominação masculina como reversível a partir de novas construções históricas, ressaltando que a violência simbólica não necessariamente é um movimento consciente.

Ficamos, portanto, com Connell novamente: a manutenção do poder se dá pela violência (uma hierarquia não-legítima precisa da intimidação para se manter), pela desumanização dos grupos e pela perda de empatia, mas a hegemonia não traz necessariamente uma vida satisfatória (CONNEL, 1997).

## Capítulo 2: Produções da Psicologia nos Últimos Cinco Anos

Ao investigarmos as produções dos principais periódicos da psicologia percebemos alguns direcionamentos temáticos a partir dos quais achamos que caberia organizar as ideias centrais dos estudos da masculinidade nos últimos cinco anos.

O primeiro deles foi o de *Masculinidade e Educação*, no qual se enquadra o artigo **“Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo conceitos, Repensando Práticas”** de Borges et al. (2013), que discute a importância do psicólogo e outros pesquisadores da área de humanas para a formulação e disseminação dos discursos sobre gênero e sexualidade e, a partir disso, realiza-se um estudo documental exploratório qualitativo das produções da graduação e pós-graduação em Psicologia da PUC de Goiás, de 1993 a 2008.

Com uma abordagem baseada no construcionismo social, na qual não há saber pré-discursivo, ressaltando a importância da linguagem e das práticas discursivas na dinâmica social, os autores buscam artigos com os indexadores gênero, sexualidade, homossexualidade e/ou homossexual. O resultado é que apenas 1,8% (63 artigos) das pesquisas da graduação corresponderam aos termos pesquisados e 4,9% (nove artigos) das pesquisas de mestrado.

Ressalta-se a ausência de trabalhos interdisciplinares sobre o tema, bem como a importância de discussões sobre o mesmo na formação em psicologia, visando o preparo de profissionais críticos, capazes de relacionar conteúdos teóricos e projetos práticos, e de romperem com o discurso naturalizante das desigualdades.

Há também o artigo **“Docência e Subjetivação: Cartografia das Forças que Criam um Corpo-Masculino-Menor”** de Rosa (2012), que trata da representação corporal masculina em professores, uma vez que, para o autor, estes ocupam um espaço não hegemônico. Rosa entrevista cinco professores de ensino médio, explorando as possibilidades e novos sentidos desse “corpo menor”, o fato de se tornar referência para os alunos e nessa interação também se flexibilizar. A conclusão do autor é que esses professores encontram um espaço adequado para não ser integrados ao mundo dos “homens de verdade”, um movimento de fuga em que desafiam a ordem de gênero prescrita e buscam um lugar de afirmação como sujeitos plurais (ROSA, 2012).

Em seguida encontramos artigos que relacionam os temas *masculinidade, infância e juventude*.

No artigo **“A perspectiva das crianças sobre questões de gênero na escola”** de Freire, Sabarense e Branco (2009), parte-se de um olhar sociocultural construtivista para analisar as produções sobre gênero e escolarização. As autoras identificam a associação da área de humanas com o feminino e a de exatas com o masculino, e também informações estatísticas que associam tendências sociais a fatores biológicos e naturalizam processos culturais. Para tal discussão, citam o exemplo da baixa escolaridade, que no ocidente é predominantemente masculina, enquanto no oriente é de maioria feminina.

Freire, Sabarense e Branco (2009) identificam o desempenho escolar como um resultado de valores e motivações pessoais e sociais. No caso das

motivações sociais, há um julgamento valorativo do comportamento das crianças baseado em conteúdos ideológicos das relações de gênero. Cria-se uma tendência a construir masculinidades individualistas, agitadas e indisciplinadas, em contrapartida a feminilidades coletivistas, organizadas e caprichosas.

A partir destas constatações, as pesquisadoras realizaram um grupo focal com quatro meninos e cinco meninas da quarta série para que eles avaliassem o próprio processo de escolarização a partir da leitura de um conto. No discurso das crianças a violência aparece associada aos homens, embora para os meninos isso apareça de forma “justificada”, relacionando aspectos físicos e de comportamento das meninas a agressões realizadas contra elas. Ambos naturalizam as relações de poder (FREIRE, SABARENSE e BRANCO, 2009).

As autoras constatarem o enfraquecimento das iniciativas pedagógicas por conta de uma experiência cultural muito marcada quanto a papéis de gênero, tanto no ambiente escolar quanto no familiar. O rendimento escolar e a noção de bom estudante também são ressaltados, chamando a atenção para o relato dos meninos sobre uma maior atenção e proteção da professora com relação às meninas (e um subsequente sentimento de exclusão e raiva contra as “concorrentes”). Como conclusão do artigo, as autoras propõem a visibilidade da contraposição entre o estereótipo do feminino e a admiração pela professora e um caminho para construções alternativas de práticas escolares e de gênero.

Outro artigo nesta mesma categoria é denominado **“Compreendendo as diferenças de gênero a partir de interações livres no contexto escolar”**, de Menezes et al. (2010), cujo ponto de partida é a psicologia evolucionista, discutindo o dimorfismo sexual e a predisposição a comportamentos selecionados na espécie (papéis sexuais como desenvolvimento de mecanismos cognitivos especializados). Os autores analisam as brincadeiras infantis, assumindo que este é um contexto privilegiado para o estudo de crianças, buscando as brincadeiras predominantemente masculinas e aquelas predominantemente femininas.

Para os autores, a influência da cultura não deve ser ignorada (normas sociais podem fortalecer ou enfraquecer as noções de masculino e feminino), mas diferenças hormonais, neuronais e de predisposição genética estabelecem diferentes comportamentos esperados em cada sexo. Para meninos há atividades com o padrão fuga-ou-luta, enquanto para meninas há o comportamento de proteção-e-aproximação.

Os autores realizaram observações de crianças de seis e sete anos durante a brincadeira no recreio de uma escola, procurando descobrir as brincadeiras favoritas de cada sexo. Após categorizarem as brincadeiras em masculinas, femininas ou gerais, observa-se que há uma maior aceitação de meninas nos grupos masculinos do que o contrário (meninos sem habilidades de construir redes sociais). Dada uma maior ocorrência de brincadeiras consideradas gerais, os autores procuram diferenças topográficas entre meninos e meninas nas mesmas. Concluem correlacionando as diferenças sexuais com as atividades profissionais de adultos.

Há também o artigo **“Gênero, sexualidade e práticas de prevenção das DST/Aids: Produções discursivas de profissionais da saúde da família e de adolescentes do Vale do São Francisco”** de Sampaio et al. (2010), que analisa as produções discursivas de profissionais da atenção básica de saúde e de adolescentes sobre gênero e sexualidade para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. As autoras constatarem o alto índice de infecção na região do semiárido nordestino e a grande probabilidade de que ela se dê no período da adolescência.

Segundo elas, “valores machistas permeiam as práticas discursivas que ajudam a moldar o comportamento de meninos e meninas em relação à sua sexualidade e às formas de conceber as relações de gênero” (Sampaio et al., 2010, p. 174). A desigualdade de gênero vulnerabiliza homens e mulheres frente às DST's, pois o discurso machista representa o homem como poderoso e autônomo (incompatível com a fragilidade e a doença) e tira da mulher a apropriação de sua sexualidade e dificulta a negociação do uso de camisinha.

Sampaio et al. (2010) realizaram uma análise temática de conteúdo a partir de observações participantes, entrevistas semidirigidas e grupos focais em oito unidades básicas de saúde. Após encontrar discursos sobre a inutilidade do trabalho com o público adolescente por sua característica inconsequente as autoras ressaltam a importância de se construir coletivamente os significados do sexo, não em relações verticais nas quais os profissionais da saúde são os detentores de todas as informações, mas sim em trocas que propiciem o surgimento de sujeitos autônomos para viver experiências afetivo-sexuais de forma segura.

Já o artigo “**Meninas vestem rosa, Meninos vestem azul**”, de Almeida (2010), discute a linguagem como criadora do que é socialmente real e o gênero como atos repetidos que se cristalizam e criam uma estrutura reguladora. Nas crianças, logo se vê o papel que se espera delas pela diferença dos brinquedos que lhes são fornecidos, representando o contraste entre o mundo público, ligado ao masculino, e o privado, relacionado com o feminino (ALMEIDA, 2010).

A autora propõe que as relações de gênero delimitam as possibilidades e espaços da vida em sociedade, impondo modelos de interação e pressionando aqueles que não se encaixam nos padrões. Observa que a desigualdade decorrente de tais relações é ainda maior nas camadas mais pobres da população. Realiza, então, um grupo focal com 14 adolescentes usuários de um programa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e observa a produção e reprodução das masculinidades hegemônicas na família e nas escolas, durante o processo de socialização, por intermédio da vigilância que os meninos e rapazes sofrem quanto à manutenção da própria masculinidade.

No artigo “**Temperamento de Crianças e Diferenças de Gênero**”, de Cosentino-Rocha e Linhares (2013), discute-se o conceito de temperamento (diferenças individuais, relativamente estáveis ao longo do desenvolvimento, incluindo fatores biológicos e psicológicos que formam a base da personalidade) e seu surgimento na idade pré-escolar.

Após especificar um pouco mais as diferenças de critérios para definir tal conceito<sup>3</sup>, as autoras estabelecem a ocorrência da identificação de gênero por volta de um ano e meio a três anos, ressaltando que há percepções das categorias de masculino e feminino mesmo antes de o bebê falar ou andar.

Revisam, então, 16 artigos sobre temperamento e gênero ao redor do mundo. A maioria das pesquisas foi realizada nos Estados Unidos e na Finlândia, sendo que o método de avaliação de temperamento mais empregado foi o de relato de pais (considerados mais aptos por passarem mais tempo e em mais contextos junto às crianças).

Após analisarem grande diversidade de artigos (um, inclusive, transcultural, envolvendo China e EUA) constataram grande variação nas diferenças entre e intra gêneros, a depender da faixa etária e da dimensão (afeto negativo, impulsividade, extroversão, cooperação) avaliada. Ressaltam uma preocupação com crianças vulneráveis no âmbito psicossocial, e a possibilidade de seu desenvolvimento ser prejudicado pelo baixo peso ou relação indiferente com a mãe, por exemplo.

No conjunto de artigos que relacionam *masculinidade* e *paternidade*, encontramos o artigo **“A Adoção de Crianças por Gays”**, de Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013), que pretendem investigar o desejo de se tornar pai, a construção do sentimento de paternidade e os segredos e revelações envolvidos no processo de adoção.

---

<sup>3</sup> Não consideramos relevante para a presente pesquisa detalhar todas as perspectivas teóricas a respeito do temperamento e suas descrições.

Após uma discussão política sobre a invisibilidade social da homossexualidade e o risco de submissão à heteronormatividade diante das possibilidades de casamento civil e adoção legal e das controvérsias da terminologia a ser utilizada (a escolha final, gay, se deu pela adoção pelos próprios do termo e pela contrapartida ao psiquiátrico “homossexual”), as autoras introduzem o tema pela discussão dos escassos estudos sobre adoção por casais de gays e lésbicas sob a perspectiva deles próprios e sobre o enfoque recorrente das pesquisas que tratam do tema na criança adotada por tais casais.

Realizam, então, entrevistas semidirigidas com três pais adotivos, explorando o desejo de amar e se responsabilizar por um filho (fato não relacionado à orientação sexual), a descriminalização e despatologização da homossexualidade permitindo um desejo que, mesmo não sendo inato ou natural, está inserido em nossa cultura, a desconstrução do binarismo de sentimentos maternos ou paternos e de orientações estigmatizadas dentro da cultura gay, concluindo que a paternidade é construída nos cuidados com a criança e que o desejo de exercê-la é legítimo.

Já no artigo “**Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas**”, de Diniz e Salomão (2010), são exploradas as condutas sociais introduzidas pela família no processo de socialização da criança, bem como a influência das crenças dos pais sobre motivações e capacidade das crianças.

Discute-se o papel tradicional do pai (provedor) e a atual divisão “igualitária” de compromissos (financeiros) entre os cônjuges, embora com poucas mudanças significativas no papel dos pais e nos tipos de meta de

socialização: o eu-autônomo (individualista), o eu-interdependente (abnegado) e o eu autônomo-relacional (equilibrado).

Nos últimos anos as autoras constatam mais concordância entre o casal parental para as metas de socialização dos filhos, principalmente no desenvolvimento do potencial econômico e pessoal dos mesmos e no cumprimento de expectativas valorizadas socialmente, que variam conforme o sexo a criança.

Aplicaram um questionário em 26 casais com filhos até dois anos e constataram que a meta mais referenciada foi a de auto aperfeiçoamento e bom comportamento, destacando-se entre os meninos as expectativas sociais (ser trabalhador e honesto) e entre as meninas as de emotividade. Observaram que entre as mães o sexo da criança não interferia de forma estatisticamente significativa nas expectativas e metas, e ressaltaram a importância de observar as crenças de outros membros da família para além do casal parental, visando analisar a construção da conduta social da criança.

O artigo **“Paternidade: Vivência do primeiro filho e mudanças familiares”**, de Jager e Bottoli (2011), explora a escassez de bibliografia em psicologia sobre o tema do sentimento do pai na gestação. Segundo as autoras, os artigos ou livros que se referem de algum modo a este tema ressaltam que a posição do pai é de espectador da relação mãe-bebê.

Jager e Bottoli (2011) ressaltam o papel da mãe como incentivadora da participação do pai nas relações da nova família e da construção da paternidade em seu exercício diário, para em seguida apresentar as entrevistas

semiestruturadas que realizaram com quatro pais nos primeiros quinze dias de vida de seus bebês, analisando a mudança da dinâmica do casal, os cuidados e a condição de “se perceber como pai”.

Destacam a participação tímida dos pais nos cuidados do filho, por se tratar de uma função ainda considerada própria das mulheres e do feminino, a transformação de valores e prioridades diante da paternidade e a necessidade de um espaço para os pais falarem de seus sentimentos, como forma de quebrar o ciclo em que o homem não se envolve no cuidado dos filhos.

Entre os artigos que relacionam *masculinidade e saúde*, há **“A Escuta do Masculino na Clínica Psicanalítica Contemporânea: Singularidades de um Padecer”**, de Silva e Macedo (2012), que aborda a partir da compreensão da psicanálise as novas demandas psíquicas, políticas e sociais que colocam em crise a masculinidade como foi construída até então.

Diante da mudança dos padrões associados à feminilidade e do precário preparo do sujeito para as novas demandas psíquicas há um sofrimento psíquico. Para investigar como isso chega na clínica foram entrevistados dez psicanalistas sobre as demandas contemporâneas: o aspecto relacional da problematização de gênero, o questionamento de estereótipos de virilidade, a relação de rivalidade com as “novas mulheres”, o aumento do desemprego (e a subsequente perda dos espaços públicos associados a masculinidade), a relação com os cuidados de saúde (padecer psíquico que não se pode sentir, então o homem age sua dor na ausência de ação –depressões– ou na ação total –adições, impulsividades, compulsões), temores relacionados a falha e rechaço na responsabilidade pela iniciativa sexual.

Os entrevistados ressaltam que o paciente deve construir por si só um modelo que lhe seja saudável, produzindo os sentidos de sua própria vida, e que a subjetivação da masculinidade é tão complexa quanto da feminilidade. As autoras concluem reafirmando as posições dos entrevistados, mas deixando como ressalva que o público por eles atendido vem de grandes centros urbanos, da faixa socioeconômica média, e tal caracterização não deve ser universalizada.

Há também o artigo “**Concepções de Homens Hospitalizados sobre a Relação entre Gênero e Saúde**” de Costa-Júnior e Maia (2009), onde os autores iniciam sua pesquisa destacando a maior incidência de mortes e hospitalizações entre homens do que em mulheres, pois estes apresentam maior comportamento de risco e menos ações preventivas.

Revelam a preferência dos homens em utilizar farmácias e pronto-socorros, onde podem revelar de forma rápida e superficial seus problemas de saúde, evitando ao máximo demonstrar dor e fraqueza. Entrevistam então dois homens internados após procedimento cirúrgico (ambos necessários por agravamento de quadro clínico devido a não obediência de prescrições médicas) a respeito de concepções de doença, comportamentos preventivos e em relação a tratamento de doenças já instaladas e também sobre as consequências do adoecer.

Os entrevistados consideram as mulheres mais cuidadosas, por questões inerentes a sua estrutura reprodutiva e por terem mais acesso a informações (um deles se queixa da ausência de programas de homem falando

sobre saúde do homem), além de questões estéticas. Alegam também que o homem se cuida menos por preocupações sobre se ausentar no trabalho.

Concebem que homens e mulheres ficam doentes igualmente, mas que homens só procuram ajuda em situações emergenciais ou diante da exigência da esposa. Acreditam que mulheres sejam mais corajosas ao enfrentar a doença, assim como mais responsáveis na adesão ao tratamento.

Os autores concluem que a falta de investimento das instâncias sociais (mídia, políticas públicas) nas questões de saúde do homem e a procura por tratamento somente diante de restrições físicas ou laborais prejudicam os cuidados masculinos com a saúde, ressaltando a importância de ações educativas e de conscientização para esse público.

No artigo **“Concepções de Psicólogos sobre o Adoecimento de Homens com Câncer”** de Martins et al. (2012) destaca-se a ausência de discussões sobre a saúde masculina e a invisibilidade do homem nos estudos de gênero (utilização dos movimentos feministas como sinônimo de “mulheres”). Diante da proposta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) de capacitação técnica dos profissionais de saúde (inclusão do programa na pauta de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde) observa-se a preocupação com o atendimento por parte de profissionais que também se encontram no contexto sócio-histórico de desigualdade de gênero.

Os autores realizam entrevistas semiestruturadas com 13 psicólogos de serviços especializados em oncologia para investigar as concepções acerca da

vivência do câncer e das especificidades de gênero. Consta-se que a mulher é ensinada a cuidar de si e dos outros, em contraposição ao homem, que deve reafirmar sua força e virilidade (e diante da doença o afastamento da rotina e necessidade de cuidados há a retirada da fantasia de invulnerabilidade).

O fato da maior parte dos profissionais da saúde serem do sexo feminino agrava a exposição e a violação do corpo masculino e as representações de gênero dos mesmos implicam diretamente no agir dentro dos serviços de saúde.

Para os entrevistados as especificidades de gênero se dão nos aspectos biológicos (diferença anatômica), na dimensão psíquica (homem como personalidade obsessiva, que adia o encontro com suas próprias limitações) e nos aspectos culturais (diferenças na socialização e na vivência do adoecimento, com destaque para o papel da família e da escola na construção do modo de ser homem).

Os autores concluem que a dimensão de gênero orienta os modos de viver, adoecer e morrer compartilhados socialmente, e que o determinismo discursivo que atribui culpa ao público masculino por seu distanciamento dos serviços de saúde deve ser reformulado a partir de análises sociais e institucionais. Ressaltam também que o tema é pouco explorado na formação e na produção científica da psicologia e como isso forma profissionais com concepções rígidas que dificultam a proposta de universalidade, equidade e integralidade do SUS.

O artigo “**Gênero e Saúde: O cuidar do homem em debate**” de Alves et al. (2011) destaca a maior mortalidade masculina, a baixa procura de serviços de saúde e a criação da PNAISH em 2009 uma vez que 41% da população masculina (20% da população brasileira), homens entre 25 e 59 anos, não estava incluída em nenhuma política de saúde.

Os autores entrevistaram homens que frequentavam Unidades Básicas de Saúde da Família e os cadastrados no programa que não buscavam os serviços (com auxílio dos agentes comunitários de saúde). As doenças mais relatadas foram hipertensão e diabetes, sendo que 60% dos que frequentam as UBSF e 77% dos que não frequentam afirmaram não possuir doença alguma.

Há também um discurso que privilegia a atenção secundária e terciária de saúde (aumentando a morbidade e os gastos com tratamento) que envolve falta de tempo (relacionada à jornada de trabalho), o encobrimento da dor e a visão dos homens como irresponsáveis, desleixados e grosseiros.

Os autores concluem que os homens temem comunicar as doenças (principalmente as crônicas) por medo de serem demitidos, e que os horários de funcionamento das UBSFs não atendem a demanda desse público, pois coincidem com o de seu trabalho. Ao mesmo tempo indicam a contradição, uma vez que 52,4% das mulheres (segundo pesquisa do IBGE de 2007 por eles citada) estavam engajadas em atividade profissional – e isso não implicou em uma queda na frequência delas nas unidades de saúde.

Ressaltam a falta de recursos financeiros, de informações, as equipes de saúde majoritariamente femininas e a invisibilidade do homem nos serviços como alguns outros empecilhos na relação do homem com sua saúde.

No artigo “**Relações de Gênero e a Atuação de Psicólogos na Oncologia: Subsídios para a Saúde Masculina**”, de Martins et al. (2014)<sup>4</sup>, os autores introduzem a temática do câncer como a segunda causa de morte por doença no mundo, com maior incidência em mulheres, mas maior mortalidade entre os homens. A construção da masculinidade sem espaço para demonstrações de fragilidade aparece novamente como limitador para o acesso dos homens às ações de cuidado.

Os autores reconhecem as dificuldades do sistema de saúde, que é planejado majoritariamente para as necessidades de mulheres, crianças e idosos, causando um sentimento de não pertencimento nos homens que o procuram, definido como genderificação<sup>5</sup> das organizações de saúde. Citam então a criação da PNAISH como alternativa do Ministério da Saúde para tal realidade, ainda encontrando dificuldade para implantar ações de prevenção e diagnóstico precoce de câncer para homens e a reprodução das desigualdades de gênero pelos profissionais da saúde.

Foi aplicado então um questionário semiestruturado em 113 psicólogos participantes do Congresso Brasileiro de Psico-Oncologia, sendo 103 mulheres e 10 homens.

---

<sup>4</sup> Nossa pesquisa se iniciou em 2014, e apesar de se referir à produção de 2009-2013 consideramos o referido trabalho relevante para o estudo do gênero na psicologia, uma vez que se deu diretamente com psicólogos atuantes na área da saúde.

<sup>5</sup> Neologismo originário da palavra inglesa *gender* (gênero) proposto por Figueiredo e Schraiber (2011), citado por Martins et al. (2014).

Apenas 7% dos participantes relataram ter trabalhado especificamente com homens, a ausência de ações voltadas para esse público justificadas com a falta de tempo, carência de profissionais, ausência de espaço físico apropriado e necessidade de capacitação específica – os autores observam que esses elementos não parecem inviabilizar a construção de ações para mulheres.

Na análise começa-se pela diferença gritante do sexo dos participantes, que ressalta as atividades relacionadas com o cuidado e seu reconhecimento social como ocupação feminina (muitas vezes também desvalorizada e por isso preterida pelos homens) e a conseqüente feminilização dos espaços de saúde. Passa também pela ausência do tema masculinidades na formação universitária, que dificulta o acolhimento de demandas específicas dessa população, e pela culpabilização dos homens, como resistentes ou com baixa adaptação.

A sobrecarga de tarefas do psicólogo dificulta a construção de novos projetos e ações e a construção da masculinidade de forma a não expor sentimentos e fragilidades complica ainda mais o acesso desse público ao serviço psicológico, que perde a visibilidade nos espaços de saúde.

Os autores propõem a necessidade de capacitação específica, inclusão da temática masculinidade nos estudos da psicologia da saúde, mais pesquisas e literatura científica como base para tais estudos e maior divulgação da PNAISH (uma vez que 77% dos entrevistados desconhecia esta política) para que se possa aplicar com efetividade os princípios de

universalidade de assistência, equidade de acesso e integralidade do cuidado propostas pelo SUS.

Dentre os artigos de masculinidade e *Sexualidade* há “**Corpos, Heteronormatividade e Performances Híbridas**” de Mélo (2012), que parte dos estudos *queer* para discutir o corpo como materialidade ou construção, partindo do conceito de Performance, onde o sexo seria efeito da matriz de gênero e sua expressão pela repetição de um estilo supostamente originado na natureza da espécie.

Em uma revisão de literatura dos estudos dos sexos e gêneros orientada pela Performance o autor conclui que há uma binariedade corpo-alma e que a não coincidência do sexo biológico e do psicológico resulta em manifestações contra-sexuais, gerando os corpos transgêneros.

Também há o “**Negociação de Significados Associados às Sexualidades: Análise de Narrativa Construída em Interação**” de Bordini e Sperb (2013), que discorrem sobre a responsabilidade da escola, da família e do estado sobre os significados de masculino e feminino e ressaltam como o conceito de gênero e de sexualidade andam juntos.

As autoras observam também a necessidade dos homens de provar a sexualidade heterossexual no âmbito público e privado, a valorização da conquista sexual, potência e promiscuidade. Tendo isso em vista decidem realizar grupos focais online com 41 adolescentes para identificar a aparição de valores tradicionais, relativizações e desafios da sexualidade para a nova geração.

Foi localizada uma dinâmica de oposição nos grupos, onde garotos e garotas pareciam mais preocupados em se contrapor do que em chegar a um consenso, ou mesmo expressar sua verdadeira opinião sobre o assunto discutido no momento. Os rapazes não toleravam a oposição feminina, com medo de se passarem por ridículos, e as meninas utilizavam o humor como ferramenta de resistência.

A imaturidade dos garotos é discutida e reflete-se sobre o significado de maturidade (para os participantes seria ser íntegro – fiel e corajoso – e trabalhar para sustentar sua casa). Já as meninas apresentaram dificuldade em discutir as contradições da sexualidade feminina, muitas vezes se posicionando de forma mais conservadora em relação aos próprios corpos que os garotos.

Há ainda o artigo **“Relação entre Gênero e Orientação Sexual a partir da Perspectiva Evolucionista”** de Menezes, Brito e Henriques (2010), que inicia contextualizando a psicologia evolucionista, onde os mecanismos psicológicos foram selecionados durante a evolução (paradigma darwinista) e os estudos da homossexualidade, que se direcionam para a tese da anomalia ou como merecedora de estudos (já que foge da função reprodutiva óbvia da heterossexualidade) de acordo com o viés dos pesquisadores que os realizam.

Partindo da plasticidade sexual humana (evolução do prazer) e da necessidade de inserção cultural os autores argumentam que os padrões típicos de gênero surgem da constituição biológica (sexo) e da cultura (identidade, auto-percepção). As diferenças entre feminino e masculino privilegiam a especialização em determinadas tarefas, tornam comportamentos

mais prováveis, mas não impossibilitando a variabilidade. Já as práticas culturais intensificam ou diminuem o dimorfismo sexual, conforme o contexto.

Destacam a segregação de indivíduos em desconformidade aos padrões de gênero, principalmente entre meninos, e a importância das interações sociais na consolidação da identidade de gênero, teorizando a possibilidade da não conformidade estar correlacionada à homossexualidade (padrão também mais frequente na orientação sexual masculina do que na feminina).

Afirmam também que a relação entre a orientação sexual e os hormônios é indireta, mediada por padrões de gênero. Segundo os autores a correlação entre gênero e homossexualidade preencheria os quatro porquês de Timbergen (1966): Causas imediatas (alterações fisiológicas resultantes das interações sociais, principalmente na segunda infância e grupos de gênero com qual o indivíduo se identifica), ontogênero (excluídos construindo identidade específica para si), valor adaptativo (formação de novos grupos) e processo evolutivo (agrupamento pela variabilidade comportamental).

Já na categoria masculinidade e *Trabalho* encontramos o artigo **“Diferenças de gênero e valores relativos ao trabalho”** de Santos e Silva, Mendonça e Zanini (2010) sobre a mudança no perfil de trabalho feminino, maior inserção no mercado e busca pela igualdade de gênero, com poucas possibilidades em novas profissões e tecnologias e em hierarquias mais altas.

Essas dificuldades seriam baseadas na cultura patriarcal que caracteriza representações masculinas com a dominação e femininas com a submissão e responsabilidades do lar. São desigualdades apreendidas e reforçadas pelo

consenso social, de difícil modificação e que determinam crenças como a de que mulheres não são capazes de sucesso gerencial.

Foi aplicada então a Escala de Valores Relativos ao Trabalho em 178 estudantes do ensino superior e verificou-se que há uma tendência feminina a priorizar a realização e a estabilidade, enquanto os homens valorizam o prestígio, a relação com as autoridades e o poder de influência.

Um movimento de proximidade de valores indicaria uma tendência das mulheres de assumir valores masculinos para serem mais aceitas no trabalho. Conclui-se então que ainda há poucos estudos na área e que estes são muito importantes para reduzir o sexismo no âmbito organizacional.

Já o artigo **“Problematizando as Práticas Psicológicas no Modo de Compreender o Fenômeno Assédio Moral”** de Meurer e Strey (2012) onde as autoras caracterizam o assédio como abuso repetido e sistematizado por um longo tempo (atos, palavras e comportamentos hostis) e subproduto do sistema capitalista, cuja organização produz competitividade, relações tensas e carregadas de algum nível de violência. Há também a naturalização da humilhação e constrangimento no ambiente de trabalho (gestão por medo).

Segundo as autoras, quando se percebe inserida nessa realidade, a psicologia traz muitas vezes uma leitura culpabilizante, onde há uma associação direta entre a violência e a patologia, defendendo assim os interesses organizacionais e responsabilizando os funcionários. Os estudos sobre assédio moral muitas vezes oferecem também enfoques que sustentam os estereótipos de gênero, principalmente na descrição da reação das vítimas,

onde há a relação das mulheres com a imagem de fragilidade e dos homens com a incapacidade de controle de seus instintos agressivos.

Concluem então que dor e sofrimento independem de gênero e que há a necessidade de questionar os discursos essencialistas que fixam as identidades sexuais, problematizando os estereótipos de gênero e revendo os discursos psicológicos que instauram verdades sobre o assédio moral, dificultando a igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Já relacionando masculinidade e *envelhecimento* temos o artigo “**O envelhecimento na perspectiva de homens idosos**” de Gonzales e Seidl (2011) retratando a velhice como marcada por fatores biopsicossociais, mudanças físicas, fragilidades na saúde, mudança de papéis e status social.

As autoras selecionam então oito estudos para analisar o que seria um envelhecimento bem-sucedido, sendo citados como características principais a independência funcional, o bom desempenho físico e cognitivo, diretamente associadas ao não fumar, ser fisicamente ativo, manter o peso adequado e consumir álcool de forma moderada. Entre as mulheres se destaca a saúde emocional (não guardar mágoas, manter um espírito jovem) e entre os homens, a estabilidade financeira. Concluem que homens demonstram baixa autoestima ao envelhecer, enquanto mulheres relatam conquista de autonomia.

A fim de pesquisar a percepção dos homens idosos quanto ao próprio envelhecimento, entrevista-se 13 homens entre 60 e 70 anos, todos com alguma doença crônica (como hipertensão e diabetes) de forma semidirigida. A análise foi feita a partir do eixo resultados do envelhecimento e do eixo saúde

na velhice. As limitações do envelhecimento são caracterizadas pelo declínio físico e da saúde, comprometendo desempenho em atividades, em exercícios físicos e no trabalho, com baixa de produção. A perda do ritmo de trabalho aparece como representação masculina da velhice.

As doenças crônicas aparecem como potencializadoras do cuidado com a saúde. A busca por serviços nessa área é diretamente relacionada ao bem-estar na velhice, e nesse sentido a perda das capacidades físicas aparece mais como preocupação do que o funcionamento psicológico.

As vantagens associadas ao envelhecimento são o estilo de vida mais saudável, o usufruto dos bens, a convivência e a transmissão de valores às gerações mais novas. Nesse sentido a velhice aparece de forma ambivalente, relacionada tanto ao reconhecimento da experiência quanto como sinônimo de incapacidades.

As autoras concluem que é importante a difusão do conceito multidimensional e normal do envelhecimento em nossa sociedade para a promoção da velhice de uma forma mais positiva entre os homens.

No artigo **“Percepções e Comportamentos de Cuidados com Saúde Entre Homens Idosos”** de Borges e Seidl (2012) as autoras discorrem sobre a enorme mortalidade entre a população masculina (em comparação com a feminina), retomando as ações existentes para a prevenção da morbidade e mortalidade desta população, como a PNAISH.

A dificuldade de compartilhar sentimentos, verbalizar as próprias necessidades e admitir as fraquezas, o medo de descobrir doenças graves, a

vergonha de expor o corpo, tudo isso afasta o homem dos cuidados com a saúde. A fim de investigar a inter-relação entre envelhecimento, saúde e gênero foram entrevistados de forma semiestruturada 10 homens de idade média de 67 anos com algum agravo a saúde.

A análise se deu por categorias, uma delas, determinantes de saúde pessoal, caracterizada pelo levantamento da auto-percepção de saúde dos entrevistados, onde o principal motivo de cuidado seria a manutenção da capacidade laboral e funcional e as redes sociais e esposas como auxiliares para enfrentar as doenças e procurar serviços médicos. Aqui a companhia de outra pessoa aparece como importante até para a manutenção da realização de atividades físicas.

Outra categoria analisada foram os comportamentos de autocuidado, caracterizado pela adesão às prescrições médicas e relato de visitas periódicas aos médicos, onde se percebe que os homens procuram o serviço de forma reparatória, não preventiva. Esta se daria através de um estilo de vida saudável e a frequência em grupos de apoio a idosos.

A última categoria a ser analisada foi a das barreiras do autocuidado masculino, retratadas por variáveis financeiras e laborais, além da falta de tempo. A descrença na efetividade e agilidade do serviço público, a incompatibilidade de horários e os estereótipos esperados pelos profissionais da saúde só aumentam a dificuldade dos homens de exercerem o autocuidado.

Por fim, na categoria masculinidade e *violência* encontramos o artigo **“Elaborando uma Cartilha Sobre as Ambiguidades da Violência Conjugal”**

de Lenz-de-Oliveira et al. (2010), onde os autores exploram os dois polos de discussão da temática, o que defende que a violência contra a mulher é diretamente relacionada a dominação masculina e o que questiona a vitimização e aponta violências recíprocas entre homens e mulheres utilizando conceitos baseados no sistema familiar.

Há ainda uma análise crítica da violência como psicopatologia individual, da tendência a culpar a vítima, da visão estereotipada de padrões de gênero e da síndrome do pequeno poder, na qual a violência viria como compensatória em relação a impotência em outros âmbitos sociais.

Questiona-se a caracterização da masculinidade como violenta, uma vez que violência e agressão não são a mesma coisa, uma vez que esta última permite revide e muitas vezes ocorre dos dois lados da relação conjugal. Isso levaria a dinâmicas conjugais violentas simétricas ou assimétricas.

Partindo do princípio construcionista de que a linguagem não reflete o mundo e sim o constrói, os autores realizam grupos de discussão com a população para compreender o fenômeno e elaborar conjuntamente uma cartilha de orientação. Encontraram dificuldade ao lidar com um público acostumado a submissão aos profissionais de saúde em relações verticais, uma comunicação mecanizada e uma constante culpabilização da mulher. Concluem ser relevante a reconstrução do discurso e a criação de grupos de apoio a homens que vivem relações conjugais violentas.

Há também o artigo **“Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico”**

de Prates e Andrade (2013), que retrata a proposta de ação para homens indiciados pela lei Maria da Penha. Os autores afirmam que trabalhos desse tipo ocorrem desde os anos 80 em outros países e que no Brasil ainda enfrentam dificuldades decorrentes da falta de padronização do serviço, ausência de diretrizes claras por parte da legislação (não foram implementadas como política pública, embora façam parte das recomendações da Secretaria de Políticas para as Mulheres).

Os grupos se assemelham por seus princípios feministas e concepção do gênero como construção social, trabalhando com homens que os procuram voluntariamente e com quem é encaminhado (de forma compulsória ou não), diferenciando autores de violência (doméstica) de agressores (tentativa de homicídio, homicídio, estupro, histórico de violência com outras pessoas além da parceira).

Ressaltam a importância de não trabalhar só com a vítima, que a pena em casos de violência doméstica não seja só punitiva, mas contribua para a transformação dos aspectos socioculturais brasileiros, uma vez que no grupo há espaço para novas construções de gênero, com processos de socialização baseados na equidade. Os autores apontam que em sua experiência os grupos puderam repensar papéis e comportamentos, sendo que dos 56 casos atendidos houve apenas uma reincidência e três desistências.

Os autores ressaltam ainda que o serviço proposto teria caráter obrigatório e pedagógico, não assistencial e de tratamento, e que é importante um olhar governamental sobre demandas associadas a violência doméstica, como o alcoolismo e o desemprego.

Outro artigo a tratar do tema é o **“Ser “macho” é ser violento? Interlocuções entre masculinidades e violência”** de Silva e Souza (2013), onde os autores discorrem sobre o protagonismo masculino nos atos violentos entre jovens (tanto enquanto vítima como enquanto autor), separando os tipos de violência entre estrutural (opressão das instituições), de resistência (oposição a estrutural) e de delinquência (confronto com o direito dos indivíduos).

Discutem também como os princípios da masculinidade são sustentados por instituições como a escola, o governo e o exército, sendo esperado como inato aos meninos a hiperatividade e a agressividade, além da exposição a rituais de iniciação violentos para afirmar a identidade masculina.

Assim sendo a exclusão social e a criminalidade são espaços para a manifestação da masculinidade, onde os processos de socialização valorizam a violência. Os autores ressaltam a importância da discussão de gênero para mudança deste padrão de violência.

Por fim, o artigo **“Violência de Gênero: Paradoxos na Atenção a Homens”** de Medrado, Lemos e Brasilino (2011), em que os autores discutem a importância do reconhecimento da violência contra a mulher como problema de saúde pública e da implementação de ações com o homem (previstas pela própria lei Maria da Penha).

Ressaltam a ausência de trabalhos preventivos com a população masculina e a pouca clareza com relação aos trabalhos de reeducação e

reabilitação dos agressores, pontuando também a resistência a essas ações (espaço de disputa de recursos públicos).

Partindo da dimensão relacional do conceito de gênero e da necessidade de sair do binômio vítima-agressor os autores decidem investigar as perspectivas de 55 profissionais da rede de atenção, prevenção e assistência a violência contra a mulher.

Foi detectado no discurso dos profissionais uma dicotomia homem-autor x mulher-vítima e a visão do sistema prisional como medida punitiva eficiente para esses casos. Os autores propõem, então, grupos de reflexão sobre equidade de gênero e violência, como forma de repensar as relações e conscientizar os homens sobre o cuidado de si e dos outros.

### **CAPÍTULO 3: ANALISANDO AS PRODUÇÕES**

Durante a pesquisa foram encontrados diversos artigos que se propuseram a trabalhar com o recorte de gênero, mas ao lermos os mesmos percebemos que muitas vezes o enfoque se perdia ou não era genuíno. Isso se destacou principalmente nos artigos sobre infância e juventude, onde a discussão sobre o aspecto relacional e socialmente construído das categorias de gênero acaba sendo marginalizada em relação às discussões sobre outros conceitos, como família, adolescência, temperamento.

Ainda sobre a dificuldade de utilizar o conceito foram encontradas algumas abordagens teóricas que permanecem distantes dessa discussão. Os artigos com orientação evolucionista chegam a mencionar uma possível importância do fator ambiental para os comportamentos esperados de cada sexo, mas os naturalizam e atribuem a “funções adaptativas naturais”, onde o desenvolvimento de mecanismos cognitivos seria especializado para cada sexo, se alinhando a teoria de papéis sexuais.

Em um dos artigos, ao se deparar com o dado contraditório com essa concepção de gênero de que as crianças preferiam brincar de brincadeiras da categoria geral (ao invés das especificadas como masculinas ou femininas), os autores propõem a importância da diferença topográfica neste brincar e apenas ao receber a classificação majoritária das próprias crianças que as brincadeiras seriam gerais é que se abre a possibilidade de que a educação proposta pela escola influencie a mudança das normas dos papéis sexuais (MENEZES et al., 2010).

Outra linha teórica que trata do conceito gênero por uma perspectiva diversa da proposta por nós é a Psicanálise. Embora tenham sido lidos e resenhados alguns artigos escritos a partir dessa perspectiva, apenas um encontrou seu lugar em nossa discussão, uma vez que os outros, ao se prenderem ao conceito-base do complexo de Édipo, acabavam por naturalizar as características femininas e masculinas. O artigo que escolhemos trata do aspecto relacional de gênero e as mudanças do masculino em função da mudança do feminino, mas ainda com a importante ressalva de um recorte socioeconômico, uma vez que a origem dos dados é de uma realidade de trabalho em clínicas particulares (SILVA e MACEDO, 2012).

Outro aspecto que chama nossa atenção ao analisar os artigos lidos é a enorme quantidade de referências ao conceito de culpa. Discute-se muito a atribuição de culpa a mulheres vítimas de violência e, em um paralelo curioso, a homens ausentes dos serviços de saúde.

Este, aparentemente, é um alvo de preocupação da psicologia. Com a criação da Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde do Homem, que já foi controversa em si, sendo criticada por focar demais o câncer de próstata e “vitimizar” o homem (LEAL, FIGUEIREDO e NOGUEIRA-DA-SILVA, 2012), bem como com a explicitação dos assustadores dados de mortes masculinas<sup>6</sup>, os profissionais da saúde começam a identificar a necessidade de atentar para a importância da discussão de gênero e de suas contribuições para o planejamento de ações junto à população masculina.

---

<sup>6</sup> Em 2005 constatou-se que mulheres perdiam 9,6 anos de vida para doenças e causas externas, enquanto os homens perdiam 15 anos de vida para as mesmas causas (IBGE, 2009)

Ressalta-se muito a falta de preparo na formação do psicólogo para trabalhar com as questões de gênero. A falta de capacitação dificulta a ação do profissional que se encontra inserido no mesmo contexto de hierarquia de gêneros e tem de se haver com os desafios que homens e mulheres de diferentes classes, raças e orientações sexuais trazem para o trabalho cotidiano da/o psicóloga/o (MARTINS et al., 2012). Como de modo geral não há um preparo nesse sentido, como explicitam Borges et al. (2013) em seu artigo sobre a escassez de produções sobre a temática de gênero na graduação e pós-graduação de psicologia, o resultado é muitas vezes a sensação de despreparo e impotência dos homens usuários destes serviços para lidarem com tais demandas.

Uma vez que a socialização da maioria dos homens em nossa sociedade ainda se dá pela dominação e opressão das mulheres, sua representação é a de inimigo, ainda mais em um serviço formado majoritariamente por profissionais do sexo feminino, o que acarreta na exclusão dos mesmos dos programas e serviços oferecidos nas diversas unidades de saúde. E assim esses homens são “acusados” de negligência com a própria saúde, de estarem ausentes dos serviços de atenção primária, e, finalmente, por acarretarem maiores custos do Governo com intervenções cirúrgicas e tratamentos de doenças crônicas instaladas (MARTINS et al., 2012).

O aspecto de força e invulnerabilidade (necessários para a manutenção do poder) faz o homem perder muito quando se trata da questão de cuidados com a saúde (FIGUEIREDO apud BORGES e SEIDL, 2012). Enquanto a

mulher é educada para o cuidado (do outro e de si), os homens negligenciam ao máximo sua condição física, principalmente em função do trabalho (COSTA JÚNIOR e MAIA, 2009). Como apontam Alves et al. (2011), embora hoje a maioria das mulheres também trabalhe fora de casa e nem por isso haja uma queda radical da presença delas nas Unidades Básicas de Saúde, aparece no discurso dos homens o medo de serem demitidos ao se ausentarem por causas médicas, o que pode ser associado também ao medo de demonstrar fraqueza perante outros homens. Um aspecto a ser destacado é a quantidade de programas e propagandas voltados à saúde da mulher, enquanto a temática é pouco abordada em mídias voltadas para a população masculina (COSTA JÚNIOR e MAIA, 2009).

As pesquisas sobre núcleo familiar chamaram nossa atenção. A maioria está concentrada no tema da violência conjugal. Por outro lado, encontrar artigos tratando da construção da paternidade foi uma inovação importante no campo de pesquisa. Enquanto há muito se discute a maternidade enquanto criação estratégica de uma sociedade burguesa do fim do século XVIII (SCAVONE, 2001), a luta pelo reconhecimento da paternidade se estende pelos meios burocráticos legais e dentro das casas, onde as mães são sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, nossas leituras ressaltam a paternidade construída no cuidado e na corresponsabilidade, a importância de a mãe empoderar o pai quanto aos cuidados com a criança e os laços legítimos que decorrem dos cuidados nas mais diferentes estruturas parentais (JAGER e BOTTOLI, 2011 e AMAZONAS, VERÍSSIMO e LOURENÇO, 2013).

Quanto à violência entre parceiros, é interessante notar a caracterização da agressão como um ato que permite revide e muitas vezes decorre de ambas as partes envolvidas na relação (GROSSI apud LENS-DE-OLIVEIRA et al., 2010). A mesma questão de explicações patologizantes que naturalizam as relações abusivas e transformam as mulheres em vítimas passivas aparece na discussão de assédio moral em ambientes organizacionais (MEURER e STREY, 2012).

Levanta-se, assim, a seguinte questão: as medidas protetivas e de empoderamento feminino garantem que as mulheres não sejam mais ameaçadas, agredidas, assassinadas? A resposta é não. Com exceção da região sudeste, o número de homicídios de mulheres aumentou desde a criação da Lei Maria da Penha em 2006 até 2011 (IPEA, 2015). Os motivos disso são a distribuição desigual dos equipamentos de proteção e o trabalho com apenas um dos lados, que não garante a mudança da hierarquia de gênero nem o fim da violência contra a mulher.

A proposta de trabalhos de discussão e reeducação de gênero com homens agressores já se encontra referida na lei 11.340, título cinco, artigo 35, parágrafo cinco, assim como a promoção de campanhas educativas em escolas e para a sociedade civil em geral, título três, artigo oito, parágrafos cinco e oito. Infelizmente, a implementação dessas propostas se adia por questões políticas e de disputa de verba pública (MEDRADO, LEMOS e BRASILINO, 2011). Como citado por Lenz-de-Oliveira et al. (2010):

Ela [Sara Cobb, 1997] analisa ainda que entender sempre o homem agressor como louco ou mau anula a possibilidade de encará-lo como ser humano, o que produz uma sistemática

desumanização do indivíduo e constitui o mesmo processo que alicerça um discurso violento (Lenz-de-Oliveira et al., 2010, p.431).

Atender o agressor, mesmo que não exclusivamente com uma finalidade de cuidado e sim de educação para reinserção social adequada, ainda parece inconcebível para nossa sociedade em muitos âmbitos.

## CONCLUSÃO

No início deste trabalho nos propusemos a retratar e discutir o olhar da psicologia para a masculinidade sob a perspectiva das relações de gênero e o que encontramos foi um campo atual com um enorme potencial não explorado.

Quando elaboramos o projeto de pesquisa, pesquisando nos Anais do Seminário Fazendo Gênero, encontramos 15 artigos tratando do tema. Quando decidimos pelo recorte de produções da psicologia esse número caiu para três.

Esse dado por si só já combina com o que muitos trabalhos aqui relatados denunciam: a ausência da psicologia das discussões de gênero, tanto na academia quanto na prática.

Causa espanto que 77% dos entrevistados em um congresso nacional de oncologia e psicologia não saibam o que é a PNAISH (MARTINS et al., 2014), que não se considere a categoria de gênero na hora de planejar, executar e avaliar as políticas de saúde, trabalho e educação.

Esperar que os padrões de masculinidade se modifiquem por si não é uma postura produtiva. As mudanças demoram, são sofridas para todos, cheias de tentativa e erro. Conforme ressaltado por Borges et al. (2013), cabe aos pesquisadores, e acrescentamos também aos profissionais em suas práticas diárias (uma vez que aparentemente essas categorias continuam sendo observadas como diversas entre si), da área de humanas e especialmente da psicologia, formular e disseminar os discursos que levam à reflexão e revisão dos discursos de gênero naturalizados em nossa sociedade. Destacamos, portanto, a importância de intervir nos discursos, questionar os

padrões e propor ações que fomentem mudanças para a construção da equidade de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Flora Alice Santos. Meninas vestem rosa, meninos vestem azul: concepções de adolescentes acerca da masculinidade e da feminilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1 - 9.

ALVES, Maria de Fátima Paz. Masculinidade/s: Considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens. **Revista Ártemis**. João Pessoa, PB, 2005.

ALVES, Railda Fernandes; SILVA, Renata Pimentel; ERNESTO, Monalisa Vasconcelos; LIMA, Ana Gabriella Barros; SOUZA, Fabiana Maria. Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.152-166, jan. 2011.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENÇO, Gilclécia Oliveira. A adoção de crianças por gays. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p.631-641, ago. 2013.

BORDINI, Gabriela Sagebin; SPERB, Tânia Mara. Negociação de significados associados às sexualidades: análise de narrativa construída em interação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p.37-47, jan. 2013.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes; OLIVEIRA, Danielle Pontes de; VAZ, Renatha Pinheiro. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p.730-745, jan. 2013.

BORGES, Lilian Maria; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Percepções e comportamentos de cuidados com a saúde entre homens idosos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 1, p.66-81, jan. 2012.

BOTEGA, Neury; BERTOLOTE, José Manuel; HETEM, Luiz Alberto; BESSA, Marco Antônio. Prevenção do suicídio. **Debates**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p.10-20, jan. 2010.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As Masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, Curitiba, v. 20, n. 19, p.109-120, jan. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 2, n. 57, p.611-614, out. 2004.

CONNELL, Robert W. **La organización social de la masculinidad**. Isis-Flacso Ediciones de Mujeres. Santiago de Chile, Chile, 1997.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan. 2013.

CONSENTINO-ROCHA, Luciana; LINHARES, Maria Beatriz Martins. Temperamento de crianças e diferenças de gênero. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p.63-72, jan. 2013.

COSTA-JÚNIOR, Florêncio Mariano da; MAIA, Ana Cláudia Botolozzi. Concepções de homens hospitalizados sobre a relação entre gênero e saúde. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 01, p.55-63, jan. 2009.

DINIZ, Pollyane Kahelen da Costa; SALOMÃO, Nádya Maria Ribeiro. Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p.145-154, maio 2010.

FREIRE, Sandra Ferraz de Castillo Dourado; SABARENSE, Stéphanie; BRANCO, Angela Uchoa. A perspectiva das crianças sobre questões de gênero na escola. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p.184-193, abr. 2009.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: Contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

GONZALEZ, Lilian Maria Borges; SEIDL, Eliane Maria Fleury. O envelhecimento na perspectiva de homens idosos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p.345-352, set. 2011.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.25-34, fev. 2009.

IBGE. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

JAGER, Márcia Elisa; BOTTOLI, Cristiane. Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.141-153, jan. 2011.

KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. **Ediciones de Mujeres**, Santiago de Chile, v. 3, n. 24, p.49-62, jan. 1997.

LEAL, Andréa Fachel; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos; NOGUEIRA-DA-SILVA, Geórgia Sibebe. O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH), desde a sua formulação até a sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p.2607-2616, jul. 2012.

LENS-DE-OLIVEIRA, Kátia; SANTOS, Maira Mendes dos; MOURA, Simone Albuquerque de; GARCIA, Wiulla Inácia; GOMES, Romeu. Elaborando uma cartilha sobre as ambiguidades da violência conjugal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p.428-439, jan. 2010.

MACIEL JUNIOR, Plínio de Almeida. **Tornar-se Homem**: o projeto masculino na perspectiva de gênero. 2006. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, Alberto Mesaque; GAZZINELI, Andréa Pereira; ALMEIDA, Suellen Santos Lima de; MODENA, Celina Maria. Concepções de Psicólogos sobre o adoecimento de homens com câncer. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.74-87, jan. 2012.

MARTINS, Alberto Mesaque; GAZZINELI, Andréa Pereira; SCHALL, Virgínia Torres; MODENA, Celina Maria. Relações de gênero e a atuação de psicólogos na oncologia: Subsídios para a saúde masculina. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p.7-14, jan. 2014.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**: versão preliminar. 13. ed. Brasília: Ipea, 2015.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins; JUNIOR, Jony Pinto. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Brasília: Ipea, 2015.

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de Gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p.471-478, jul. 2011.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p.197-207, set. 2010.

MENEZES, Aline Beckmann de Castro; BRITO, Regina Célina Souza; FIGUEIRA, Renata Almeida; BENTES, Tatiana Frazão; MONTEIRO, Eline Freire; SANTOS, Marina Cunha. Compreendendo as diferenças de gênero a partir das interações livres no contexto escolar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 1, p.79-87, jan. 2010.

MENEZES, Aline Beckmann de Castro; BRITO, Regina Célina Souza; HENRIQUES, Alda Loureiro. Relação entre gênero e identidade sexual a partir da perspectiva evolucionista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, p.245-252, abr. 2010.

MEURER, Bruna; STREY, Marlene Neves. Problematizando as práticas psicológicas no modo de compreender o fenômeno assédio moral. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 2, p.452-471, jan. 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (org.). **Sistema penitenciário no Brasil**: dados consolidados. Brasília: Depen, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e diretrizes, Brasília, 2008

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, SC, v. 6, n. 1, p. 91-113, 1998.

PRATES, Paula Licursi; ANDRADE, Leandro Feitosa. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1 - 12.

ROSA, Rogério Machado. Docência e subjetivação: cartografia das forças que criam um corpo-masculino-menor. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p.337-343, abr. 2012.

SAMPAIO, Juliana; PAIXÃO, Leilane Almeida; ANDRADE, Paula Matos; TORRES, Tatiany Soares. Gênero, sexualidade e práticas da prevenção de DST/Aids: produções discursivas de profissionais de saúde da família e de adolescentes do Vale do São Francisco. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.173-187, jan. 2010.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, mimeo.

SILVA, Caioandrêo; SOUZA, Leonardo Lemos de. Ser "macho" é ser violento? Interloquções entre masculinidades e violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1 - 10.

SILVA, Fernanda Cesa Ferreira da; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. A escuta do masculino na clínica psicanalítica contemporânea: singularidades de um padecer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 2, p.205-217, abr. 2012.

SILVA, Margareth Ribeiro Machado Santos e; MENDONÇA, Helenides; ZANINI, Daniela Sacramento. Diferenças de gênero e valores relativos ao trabalho. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p.39-45, jan. 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: Os Jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2014.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p.460-

482, jul. 2001. BRASIL. GIANE BOSELLI. **Mapeamento das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil**. Brasília: Cnm, 2009.